

## **HISTÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PARANÁ**

Isabel Cristina RODRIGUES\* - UEM

Este trabalho é resultado de minhas reflexões sobre os dados obtidos no levantamento diagnóstico realizado por mim, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação – SEED-Pr, FUNAI - Administrações Regionais de Londrina, Guarapuava e Curitiba no período de setembro a novembro de 2004. A proposta de realização desse levantamento diagnóstico surgiu a partir de discussões iniciadas em abril de 2004, quando a SEED-Pr convocou uma reunião para discutir e elaborar um curso de nível superior específico para os povos indígenas do Paraná. Para essa reunião foram convidados membros das universidades estaduais que haviam participado das comissões nomeadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>1</sup> – SETI- incumbida de realizar o Vestibular para os Povos Indígenas do Estado do Paraná<sup>2</sup>.

A primeira constatação, para surpresa geral foi de que SEED/Paraná, que possuía uma área de coordenação escolar indígena, não possuía dados concretos e atualizados com relação a escolarização dos povos indígenas que aqui habitam, bem como da realidade vivenciada por estudantes das comunidades indígenas e das demandas e necessidades pensadas pelos diversos grupos que residem no estado.

Assim, em setembro de 2004, um grupo de profissionais vinculados as Universidades Públicas do estado, à Secretaria Estadual de Educação e à Funai, partiram para um trabalho de campo, realizando visitas a todas as 17 terras indígenas do Estado e aos grupos que se encontram em territórios não demarcados e legalizados oficialmente<sup>3</sup>, em busca do levantamento necessário a fim de conhecer qual a realidade de escolarização formal desses povos e quais as demandas que se fazem necessárias.

A partir dos dados levantados e material consultado nos arquivos da administração regional da FUNAI de Londrina e no do escritório da Terra Indígena Faxinal, localizada no

município de Candido de Abreu, constatei que existe um processo de escolarização formal desde os anos 30 do século XX, num momento em que a escola era administrada e conduzida por professores, quase sempre leigos, que na maioria dos casos, eram as esposas dos administradores que trabalhavam para o Serviço de Proteção ao Índio<sup>4</sup> – SPI - dentro das chamadas, reservas indígenas.

Os espaços destinados para o funcionamento das escolas eram precários. No caso, por exemplo da T.I. de Faxinal, havia um prédio construído especificamente para abrigar os estudantes, que não eram somente os índios, mas crianças pertencentes a outros grupos étnicos, poloneses, por exemplo, residentes nas propriedades rurais vizinhas à terra indígena. Ali existia a Escola General Rabelo já no ano de 1942.

O estudo pioneiro sobre a educação escolar indígena no sul do Brasil, Educação e Sociedades Tribais, de Silvio Coelho dos Santos, publicado em 1975, o autor aborda a situação da educação escolar indígena se remetendo a pesquisas que realizou desde a década de 1960 no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A escola que referi acima e a que existia na área indígena vizinha, no município de Manoel Ribas, na T.I. Ivaí, aparecem referenciadas no seu texto, como um dos locais onde a educação formal estava presente. Assim como as escolas dessas duas terras indígenas havia outras que funcionavam ofertando o ensino primário, no sistema multisseriado. De acordo com a documentação encontrada as dificuldades estavam sempre em torno do material didático que era inexistente. Havia apenas a sala de aula, o quadro de giz, a mesa da professora, poucas carteiras e a voz da professora. Há poucas notícias de algum tipo de trabalho de orientação pedagógica que fosse prestado pelo SPI ou por qualquer outro órgão. A situação começou a se modificar a partir da década de 1950, quando as missões religiosas estrangeiras passaram a realizar um trabalho educativo e pedagógico dentro dos territórios indígenas<sup>5</sup>.

Mais recentemente, vários pesquisadores das áreas de antropologia, história e educação têm se preocupado em pesquisar e analisar a situação da educação escolar indígena no Brasil e no Paraná, e a atuação desses grupos religiosos no Brasil, principalmente, a do Summer Institute of Linguistics- SIL, que a partir da intenção de evangelização para a conversão dos índios ao cristianismo, fez da escola o foco de disseminação de seus preceitos, ensinando a ler, escrever, contar e negligenciar seus conhecimentos e saberes específicos, bem como negar sua língua, costumes e tradições.

Mas o fato é que não se pode negar a atuação do SIL, considerando inclusive que no caso específico do sul do Brasil, os povos indígenas passaram a partir de sua presença, a ter um contato mais íntimo com a escola e com os saberes da chamada sociedade envolvente. Saberes e ensinamentos que obviamente tiveram e tem graves conseqüências para a vida dessas populações. Mas estudar e refletir sobre essa atuação que permanece até hoje é de fato importante e necessário para a história da escolarização dos índios no Paraná, pois, o SIL, assim como outras missões religiosas, ainda mantém atividades e escolas em algumas áreas do Paraná, produzindo inclusive material didático bilíngüe tanto em kaingang-português, quanto guarani- português.

Somado as iniciativas dos grupos religiosos, aparecem no final da década de 1970, as organizações não-governamentais – ongs - que tiveram e têm uma atividade mais sistemática, primeiro no norte e depois nordeste e centro-oeste do Brasil. No Paraná, essas ongs passam a ofertar projetos já na década de 1990. O caso mais efetivo é o da APEART, criada na década de 1980 e que atuava junto à educação do campo. Nos anos de 1990, passou a executar projetos de alfabetização e de aceleração do ensino médio de jovens e adultos indígenas<sup>6</sup>.

Em 1967 o SPI foi extinto e em foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que se responsabilizou pelas atividades educacionais sistemáticas, inclusive contratando professores e monitores indígenas para realizar o trabalho pedagógico dentro das terras

indígenas e realizando parcerias com os grupos religiosos e as organizações não-governamentais. É o caso, por exemplo, da criação dos cursos para formação de monitores bilíngües, através do Instituto Clara Camarão, que ofertava cursos na Terra Indígena Guarita, no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. O Instituto Clara Camarão foi o responsável pela formação e certificação de várias turmas de monitores Kaingang e também de professores não-índios, bilíngües, contratados pela FUNAI para atuar nas escolas indígenas, desde 1972.

Da alçada governamental, a partir de 1992 a educação escolar indígena sai do âmbito da FUNAI e vai para o MEC, o qual desencadeia estudos e discussões em busca da elaboração diretrizes políticas e educacionais específicas para as populações indígenas. Resultado bastante conhecido é o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas – RCNEI - que ficou pronto em 1998.

Assim, além dos dados estatísticos que revelam quais as necessidades e demandas para a educação escolar indígena no Paraná e as políticas educacionais necessárias, pude perceber que existe uma história da educação escolar indígena aqui, que precisa ser explicitada e registrada. Percebi que existem sujeitos componentes dessa história que protagonizaram-na. Esses sujeitos são aqueles índios e não-índios que vivem e que realizam atividades nas escolas e nas comunidades indígenas existentes no Paraná e que ainda não tiveram a chance de serem ouvidos e nem de registrar as experiências que vem realizando durante seu tempo de formação e de experiência junto às escolas que funcionam nas terras indígenas.

Pensar a história recente da educação escolar indígena no Paraná significa debruçar-me sobre forma de pensar a vida, o mundo e o trabalho que esses sujeitos possuem e que não tem sido objeto de reflexão até o presente.

Defendo a idéia de que ao entrar em contato com a história do local onde vivem, os homens entram em contato com sua própria história. Ao preservarem a sua história,

preservam a história de seu grupo social, desenvolvendo um processo de identidade social e cultural.

Num mundo em que a memória, a tradição, pressupostos básicos para a configuração de uma identidade social, se tornam cada vez mais descartáveis, a revitalização das histórias dos habitantes desses lugares e que nesses lugares atuam, oferecem um referencial identitário para as pessoas que ali vivem, além de se tornar parte do patrimônio cultural dos grupos aos quais pertencem.

Ouvir e registrar as experiências, as histórias, as angústias, as felicidades desses sujeitos (a partir de suas narrativas) é uma necessidade para compor a tessitura que pode evidenciar sinais da história da educação escolar indígena no Paraná e nessa história as formas como têm sido re-significadas ao longo dos tempos de contato as práticas pedagógicas que, historicamente, têm estado presente nessas comunidades.

Então esse texto tem muito mais o objetivo de propor a continuidade da pesquisa do que finalizar um diagnóstico. Ele é mais o anúncio de um projeto de pesquisa que pretende discutir como os professores (índios e não-índios) percebem e atuam no processo educativo nas escolas das Terras Indígenas no Paraná.

A partir dos relatos de professores e lideranças, podemos evidenciar não somente as continuidades como também as rupturas ocorridas durante o processo pós-contato com a sociedade envolvente.

As rupturas orquestradas pelo tempo vivido são muito mais significativas quando nos damos conta de que o passado não é um tempo morto esquecido nas páginas viradas do livro da existência, mas tempo vivo, pulsante, atual. Walter Benjamin assinala que o que passou não constitui matéria estagnada e sim algo pronto a irromper, com toda a força, no

curso da vida presente. Portanto, o passado não possui apenas a dimensão do já acontecido. Ao contrário, pode anunciar-se com possibilidades de vir a ser.

A rememoração é o processo no qual o passado penetra na estrutura do presente não como símbolo vago, nostálgico, mas enquanto tempo reconstituído. A continuação estabelecida entre passado, presente e futuro se apresenta como condição imposta pela linearidade do pensamento que se esforça em atribuir às lembranças (tempo morto) um caráter contínuo.

Ao recuperar a memória coletiva dos professores que atuam ou atuaram nas escolas indígenas, tenho como objetivo recuperar memórias sociais marginalizadas por uma memória coletiva nacional, centrada na lógica de um sistema de saberes pré-concebidos, "positivos", objetivos, impostos a partir de cima sem levar em conta a diversidade cultural dos grupos sociais que formam a sociedade brasileira.

Num momento onde até nos discursos oficiais se faz presente o tema da diversidade cultural, do multiculturalismo, do bilingüismo, da interculturalidade, não podemos nos furtar a essa empreitada de trazer à tona e registrar esses saberes contínua e cotidianamente re-significados e re-apropriados, portanto social e historicamente construídos por essas populações etnicamente diferentes.

Hoje, depois de longa história de desqualificação, já admitimos (nós, sociedade envolvente) tratar-se de outros saberes, de outros fazeres e de outros conhecimentos que no embate com os de origem ocidental-cristão, impostos a esses grupos indígenas desde o século XVI. Isso traduz a história das lutas e resistências das inúmeras etnias que enfrentaram, a altos custos, o peso da imposição de uma tradição conservadora, preconceituosa e excludente em nome de um projeto de nação brasileira que ocultou e

silenciou aqueles que não conseguiu eliminar da história. Esses povos estão presentes e atuantes na sociedade brasileira, revitalizando sua história, suas práticas e culturas próprias.

Atualmente presenciamos um processo de desestruturação social que segundo Suzanne Citron (1992) levaria a uma crise antropológica causada pela ruptura da memória social, das tradições, dos saberes, das práticas que, há séculos ou milênios marcaram as formas de comportamento do grupo.

Um projeto centrado no sujeito é prioritário no contexto de desestruturação social e cultural que é o da nossa época. Dar prioridade ao sujeito é dar-lhe os meios para construir a sua pessoa, para compreender o mundo em que vive, para se descobrir passo a passo na imagem que os outros lhe dão e no seu próprio olhar, para aprender a comunicar, criar, lutar, construir. Ao priorizar um projeto voltado à história e memória dos professores das escolas indígenas, pretendo fazê-lo a partir de seus próprios relatos, em seu próprio espaço, no convívio cotidiano: na terra indígena, na família, na escola, na igreja, nas roças, nas matas, nos rios, nas cidades. Enfim, nos lugares onde esses atores sociais circulam e ocupam atualmente.

A importância das entrevistas com antigos moradores de um determinado lugar a fim de dar voz aos excluídos, vem sendo enfatizada pelos historiadores no Brasil desde os anos 70 do século XX e em inúmeros trabalhos<sup>7</sup>, e a antropologia já vem fazendo isso há muito mais tempo. Ouvir e registrar as experiências vivenciadas por esses atores sociais significa possibilitar a revitalização das histórias e das formas como têm sido re-significadas ao longo dos tempos de contato as suas práticas.

No ato de falar e ouvir, de narrar experiências de vida, de lidar com o tempo como algo mais dinâmico e lúdico, no qual o ontem se perdeu e o hoje se perde na expectativa do amanhã, os homens têm a possibilidade de se humanizarem deixando de ser objetos de uma dada história para se converterem em sujeitos que contam e fazem suas próprias histórias.

#### NOTAS:

---

\* Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações-Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM.

<sup>1</sup> Trata-se da Comissão Universidade para os Índios - CUIA, formada por profissionais das universidades estaduais, com o propósito de atuar na preparação, divulgação e realização do Vestibular Interinstitucional dos Povos Indígenas do Paraná, para atender a Lei Estadual 13134/2001, que destinou a cada ano, três vagas em cada uma das universidades estaduais para membros de comunidades indígenas. A CUIA só se tornou permanente a partir de 29/10/2004.

<sup>2</sup> Até o presente já foram realizados quatro processos seletivos específicos, sendo que a cada ano uma das estaduais assume a organização do evento. As universidades que já sediaram o vestibular foram: UNICENTRO/Guarapuava em 2002; UEL/Londrina em 2003; UNIOESTE/Cascavel em 2004; e UEM/Maringá em 2005.

<sup>3</sup> O estado do Paraná possui dezessete terras indígenas demarcadas e reconhecidas, habitadas por populações Kaingang, Guarani, remanescentes de Xetá, algumas famílias de Xokleng e de fulnio. Possui também alguns grupos Guarani que ocupam territórios não demarcados e não legalizados. É o caso dos Guarani: há um grupo em Piraquara que está hoje ocupando uma área de manancial da SANEPAR; um outro grupo que está ocupando uma área pertencente a um grupo educacional evangélico em São José dos Pinhais; um grupo na periferia de Guairá; um grupo ocupando uma área do município de Diamante do Oeste.

<sup>4</sup> O Serviço de Proteção aos Índios foi criado pelo Governo Federal, em 1910, para se responsabilizar pela tutela dos povos indígenas que existiam no Brasil. Há inúmeros trabalhos que discutem a atuação do SPI, entre eles ver: Antonio Carlos de SOUZA LIMA. Um grande cerco da paz – poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>5</sup> Entre os pesquisadores que discutem a atuação do SIL, ver entre outros: TOMMASINO, K. “A educação indígena no Paraná: suas limitações e possibilidades.” *Cadernos CEDES*, nº 32. Campinas. Papyrus/CEDES, 1993; “Diretrizes para a política de educação escolar indígena no Paraná: algumas considerações preliminares.” In D’ANGELIS, W. e VEIGA, J. *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Encontro de educação indígena no 10º COLE/1995; Apontamentos Sobre A Educação Escolar Indígena No Paraná - Encontro Temático – Educação Indígena, apresentado durante a 3ª Conferência de Educação Municipal de Londrina; Março de 2004.

<sup>6</sup> Existe nos próprios arquivos da APEART, um bom material sobre os projetos realizados pelo Paraná, reunindo desde documentos oficiais enviados e recebidos para e de órgãos financiadores, até trabalhos realizados com os participantes beneficiados pelos projetos.

<sup>7</sup> Sobre isso ver, entre outros: TOMPSON, P. A voz do passado. Rio de Janeiro:Paz & Terra, 1992; SMC/DPH. O Direito à Memória, 1992; BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos, São Paulo: Cortez, 1992; PAOLI,M.C., Memória e Ação Cultural, REVISTA do DPH, São Paulo, 1992. FERREIRA, M.M.& AMADO, J. (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2001. BOM MEIHY, J.C.S. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2000.